



**EQUATORIAL ENERGIA S.A.**  
**CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73**  
**NIRE 2130000938-8**  
**Companhia Aberta**

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 25 de abril de 2014:

**Assembleia Geral Ordinária:**

***1. Tomada das contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2013.***

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2013, conforme divulgadas em 26 de fevereiro de 2014 nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, através do Sistema de Informações Periódicas (IPE) e no website da Companhia e a serem publicadas oportunamente nos jornais Folha de São Paulo, O Estado do Maranhão e Diário Oficial do Estado do Maranhão (as “Demonstrações Financeiras”).

Destacamos, adicionalmente, que, nos termos do inciso III do art. 9º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481/09”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta, refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

***2. Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2013.***

Propomos que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras, conforme detalhado no Anexo II a esta proposta, elaborado de acordo com o inciso II do §1º do art. 9º da Instrução CVM 481/09, bem como que seja aprovada a distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração em reunião datada de 26 de fevereiro de 2014.

***3. Deliberação sobre o pagamento de dividendos.***

Propomos a distribuição de R\$ 17.860.261,68 (dezessete milhões, oitocentos e sessenta mil e duzentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos) a título de dividendos, conforme aprovado pela Reunião do Conselho de Administração de 26 de fevereiro de 2014.

De acordo com nossa proposta, os dividendos serão pagos até 31 de dezembro de 2014, em parcela única, sem qualquer atualização monetária. A base acionária que fará jus ao recebimento dos dividendos será aquela de 25 de abril de 2014.

***4. Fixação da remuneração global anual dos administradores, deliberando sobre proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2014.***

Propomos que a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2014, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, seja fixada no montante global de até R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais).

Na proposta referente ao exercício de 2013, considerando o período de 1º de janeiro e 31 de dezembro, foi proposto e posteriormente aprovado pela Assembleia, a remuneração global dos administradores de até R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais). Para o mesmo período, a remuneração global reconhecida somou R\$ 9.779.000,00 (nove milhões, setecentos e setenta e nove mil reais), conforme demonstrado no item 13 do Formulário de Referência

da Companhia. Tal diferença ocorre em função do pagamento da Remuneração Variável em patamar inferior ao máximo previsto.

Esclarecemos que as informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo art. 12 da Instrução CVM 481/09, encontram-se dispostas no Anexo III a esta proposta.

***5. Instalação e funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2014, a eleição de seus respectivos membros e a fixação de sua remuneração.***

Indicamos os Srs. Sérgio Passos Ribeiro (suplente Bruno Augusto Sacchi Zaremba) e Felipe Sousa Bittencourt (suplente José Guilherme Cruz Souza).

No que tange à remuneração global do Conselho Fiscal, propomos que seja fixada no montante de até R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho Fiscal da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo IV a esta proposta.

**ANEXO I**  
**Comentários dos Diretores da Companhia**  
**Item 10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)**

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

**10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

**a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia é uma *holding* que atua nos segmentos de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, assim como de prestação de serviços relacionados à energia elétrica nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A Companhia possui sede em São Luís, no Estado do Maranhão, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA sob o *ticker* “EQTL3” e, desde 2008, participa do segmento de listagem do Novo Mercado.

**2013**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$2.354 milhões, representando um aumento de 8,8% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.164 milhões).

O lucro líquido atribuído aos controladores no ano encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$69 milhões e EBITDA Ajustado de R\$586 milhões, enquanto o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 totalizou R\$142 milhões e EBITDA Ajustado de R\$587 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$1.140 milhões valor que representava 0,79 vezes o patrimônio líquido e 1,9 vezes o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2012, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.430 milhões, valor que representava 0,66 vezes o patrimônio líquido e 2,6 vezes o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da Companhia consideraram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os investimentos próprios da CEMAR somaram R\$296 milhões, além daqueles destinados ao Programa Luz Para Todos, que totalizaram R\$29 milhões. A controlada Celpa, em 2013, investiu R\$361 milhões em investimentos próprios e R\$61 milhões no Programa Luz Para Todos.

**2012**

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$2.171 milhões, representando um aumento de 141,3% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2011 (R\$922,1 milhões). Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) totalizou R\$953,7 milhões e R\$1.219,4 milhões, respectivamente.

O lucro líquido atribuído aos controladores no ano encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$41 milhões e EBITDA Ajustado de R\$566,6 milhões, enquanto o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$160,0 milhões e margem de 8,1% e EBITDA Ajustado de R\$503,6 milhões e margem EBITDA Ajustado de 25,4%. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, já desconsiderando a participação indireta então detida na Light, o lucro líquido consolidado foi de R\$188,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$1.758,2 milhões valor que representava 0,79 vezes o patrimônio líquido e 3,1 vezes o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2011, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.005,1 milhões, valor que representava 0,8 vezes o patrimônio líquido e 2,0 vezes o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia, exceto no caso da recém adquirida Celpa.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, os investimentos próprios da CEMAR somaram R\$441,2 milhões, representando um aumento de R\$118,9 milhões quando comparados com os valores apurados em 2011, que somaram R\$322,3 milhões, além daqueles destinados ao Programa Luz Para Todos, que totalizaram R\$177,5,1 milhões. A controlada Celpa, em 2012, investiu R\$432,6 milhões em investimentos próprios e R\$45,5 milhões no Programa Luz Para Todos.

### 2011

O Emissor encerrou 2011 com Patrimônio Líquido de R\$922,1 milhões, queda de 3,3% em relação àquele apresentado ao final de 2010 (R\$953,9 milhões). Já em 2009 o Patrimônio Líquido totalizou R\$986,3 milhões.

O lucro líquido consolidado do exercício encerrado em 2011 totalizou R\$159,8 milhões, com geração operacional de caixa (EBITDA) de R\$504 milhões. Em 2010, já desconsiderando a participação indireta então detida na Light, o lucro líquido consolidado foi de R\$174 milhões, enquanto o de 2009 somou R\$223 milhões.

Ao final do ano, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.005,1 milhões, valor que representava pouco mais de 0,9 vez o patrimônio líquido e 2,0 vezes o EBITDA anual, patamares que consideramos confortáveis e que refletem a robustez patrimonial e financeira de nossas empresas.

Durante o ano, os investimentos próprios da CEMAR somaram R\$322,3 milhões, além daqueles destinados ao Programa Luz Para Todos, que totalizaram R\$174,6 milhões.

### **b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia e suas controladas realizam frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2013, a estrutura de capital da Companhia era composta por 31% de capital próprio e 69% de capital de terceiros, comparados a 27% de capital próprio e 73% de capital de terceiros em dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a estrutura de capital era composta por 38% de capital próprio e 62% de capital de terceiros.

**Exercício social encerrado  
em 31 de dezembro de**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	1.977.276	1.742.519	566.831
Reserva de capital	14.080	14.080	13.339
Reserva de lucros	483.219	437.044	341.958
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	(22.262)	-
Outros Resultados Abrangentes	(1.390)	-	-
Prejuízos Acumulados	(96.751)	-	-
Participação de acionistas não controladores	493.474	354.144	336.415
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.847.646</b>	<b>2.525.525</b>	<b>1.258.543</b>
<b>Capital de terceiros</b>			
Passivo circulante	1.688.932	2.654.184	727.596
Passivo não circulante	4.566.921	4.251.752	1.314.626
<b>Total do Passivo</b>	<b>6.255.853</b>	<b>6.905.936</b>	<b>2.042.222</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.613.017	1.727.245	438.399
<b>Passivo líquido total</b>	<b>4.642.836</b>	<b>5.178.691</b>	<b>1.603.823</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>9.103.499</b>	<b>9.431.461</b>	<b>3.300.765</b>

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazos e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

Adicionalmente a Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de alavancagem observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

A Companhia e suas controladas administram seu capital de modo a maximizar o retorno de seus investidores, por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia e de suas controladas.

O gerenciamento de capital da Companhia e de suas controladas está baseado no acompanhamento de três principais indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia e de suas controladas:

- Dívida Líquida/EBITDA;
- Dívida Líquida/Despesa Financeira Líquida;
- Endividamento Financeiro Líquido (Endividamento Financeiro Líquido + Patrimônio Líquido).

**i. hipóteses de resgate**

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

**ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não aplicável, tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

2013

Considerando o seu perfil de longo prazo do endividamento, bem como a trajetória de seus resultados, a Companhia pretende honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos e aporte de recursos pelos acionistas.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos. Caso os Diretores da Companhia entendam ser necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e potenciais aquisições, eles acreditam que a Companhia terá capacidade de contratá-los de acordo com as condições de mercado então existentes.

2012

Considerando o seu perfil de longo prazo do endividamento, bem como a trajetória de seus resultados, a Companhia pretende honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos e aporte de recursos pelos acionistas.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos. Caso os Diretores da Companhia entendam ser necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e potenciais aquisições, eles acreditam que a Companhia terá capacidade de contratá-los de acordo com as condições de mercado então existentes.

2011

Considerando o perfil de longo prazo do endividamento do grupo, bem como a trajetória dos resultados, o Emissor pretende honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, o Emissor acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso o Emissor entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e potenciais aquisições, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados:**

**CEMAR**

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, as principais fontes de financiamento para os projetos de investimento da Emissora nos exercícios de 2013, 2012 e 2011 foram o Banco do Nordeste - BNB, a ELETROBRÁS e o BNDES, que usualmente oferecem taxas de juros menores e prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Por estar situada no Nordeste brasileiro e ter 90% do território coberto pela Amazônia Legal, além dos tradicionais órgãos de fomento, acima mencionados, a CEMAR tem possibilidade de captação de linhas de créditos específicas para o desenvolvimento do Nordeste (FNE, FDNE, etc), bem como para desenvolvimento do Norte (FDA).

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, a Emissora recorreu ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento e demais fontes do mercado bancário público e privado.

**GERAMAR**

Por estar localizada no Maranhão, além dos tradicionais órgãos de fomento, há possibilidade de utilização de linhas de créditos específicas para o desenvolvimento do Nordeste (FNE, FDNE, etc.), bem como para desenvolvimento do Norte (FDA). Nos últimos 3 exercícios sociais, a companhia tem registrado R\$325 milhões provenientes do FDA.

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

**CEMAR**

Atualmente a companhia possui limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras de primeira linha, porém não tem utilizado os mesmos para financiamentos de curto prazo em capital de giro.

Caso seja necessária a cobertura de deficiências de liquidez para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes, é possível a utilização destas linhas disponíveis em bancos comerciais ou o acesso a financiamentos de linhas oficiais, de acordo com prazo, custo e necessidade de garantias que possam vir a estar disponíveis.

**GERAMAR**

Em 31 de dezembro de 2013, a companhia detinha o montante de R\$409 milhões de endividamento, onde R\$325 milhões são provenientes de financiamentos obtidos junto ao Banco da Amazônia e R\$84 milhões são empréstimos do banco do Nordeste.

Tendo em vista a natureza do seu negócio, no qual todo o investimento necessário já está concluído e não prevemos necessidade adicional de liquidez, entretanto, caso torne-se necessário, é possível o acesso a linhas de capital de giro de bancos comerciais.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
- iii. grau de subordinação entre as dívidas**
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

**CEMAR**

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento total consolidado em aberto da Emissora era de R\$1.691,3 milhões, dos quais 0,5% (R\$9,168 milhões) eram em moeda estrangeira. O endividamento total consolidado em aberto da Emissora, deduzido do caixa e disponibilidades, no montante de R\$711,1 milhões, atinge R\$980,2 milhões.

Do valor total do endividamento acima, 9,7% (R\$164,5 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 90,3% (R\$1.526,8 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da CEMAR nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	2010	2011	2012	2013
<b>Curto Prazo</b>	<b>194,1</b>	<b>282,3</b>	<b>418,2</b>	<b>164,5</b>
<i>Moeda Estrangeira</i>	0,7	0,6	0,5	0,3
<i>Moeda Nacional</i>	193,4	281,7	417,7	164,2
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.063,70</b>	<b>1.102,90</b>	<b>1.193,40</b>	<b>1.526,8</b>
<i>Moeda Estrangeira</i>	7,3	7,6	7,9	8,9
<i>Moeda Nacional</i>	1.056,44	1.095,30	1.185,50	1.517,94
<b>Total Geral</b>	<b>1.257,80</b>	<b>1.385,20</b>	<b>1.611,60</b>	<b>1.691,33</b>

#### GERAMAR

Até 31 de dezembro de 2013, o total da dívida da companhia totaliza R\$408 milhões, dos quais R\$32 milhões no curto prazo e R\$377 milhões no longo prazo. Ressaltamos que a Equatorial detém 25% de participação societária na Geramar.

#### CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento total consolidado em aberto do Emissor era de R\$3.226 milhões, dos quais 18% (R\$583 milhões) em moeda estrangeira, dos quais R\$ 376 milhões possuem operação de swap para CDI. Aquele valor, deduzido do caixa e disponibilidades do Emissor, no montante de R\$1.613 milhões, atinge R\$1.613 milhões.

Do valor total do endividamento acima, 5,4% (R\$175 milhões) tem vencimento no curto prazo e 94,6% (R\$3.050 milhões) tem vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto do Emissor nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	2011	2012	2013
<b>Curto Prazo</b>	<b>395</b>	<b>649</b>	<b>175</b>
<i>Moeda Estrangeira</i>	1	93	1
<i>Moeda Nacional</i>	394	556	174
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.153</b>	<b>2.424</b>	<b>3.050</b>
<i>Moeda Estrangeira</i>	8	568	582
<i>Moeda Nacional</i>	1.145	1.856	2.468
<b>Total Geral</b>	<b>1.548</b>	<b>3.073</b>	<b>3.226</b>

#### Financiamentos Relevantes

##### CEMAR

Destacamos abaixo as principais operações de endividamento contratadas entre 2007 a 2013:

##### Dívida com a ELETROBRÁS:

- Em janeiro de 2007, foi assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2522/2005 no valor total de até R\$ 57.999 mil, dos quais foram liberados R\$56.274 mil. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.



- Em janeiro de 2009, foi assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2724/2008 no valor total de até R\$ 97.686 mil, dos quais já foram liberados R\$89.492 mil. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.
- Em dezembro de 2010, foi assinado pela CEMAR junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2890/2010 no valor total de até R\$85.310 mil, dos quais foram liberados R\$66.168 mil. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para melhoria e suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.

#### Dívida com IFC:

- Em 28 de fevereiro de 2008, a CEMAR finalizou a contratação do financiamento de US\$80.000.000,00 junto ao IFC - International Finance Corporation, com o objetivo de financiar parte dos seus investimentos já realizados em 2007, e parte dos investimentos previstos para o biênio 2008/2009. O empréstimo foi concedido em reais, num montante de R\$135.056 mil, considerando a PTAX de venda de 1,6882 do dia 26 de fevereiro de 2008. O custo da operação foi fixado em 90,9% do CDI, através da realização de um swap cambial pelo IFC, incidindo o custo adicional de 1,5% a.a. a título de “Exposure Fee”. O prazo total deste financiamento é de 8 anos, com 2 anos de carência.

Neste contrato, a CEMAR apresenta alguns indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1º Covenant: Quociente resultante da divisão da DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA pelo EBITDA dos últimos 12 meses, menor ou igual a 2,5 (dois e meio);

2ª Covenant: Quociente resultante da divisão do EBITDA dos últimos 12 meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS, maior ou igual a 2,0 (dois).

	<u>4T13</u>	<u>3T13</u>	<u>2T13</u>	<u>1T13</u>
Dívida Bruta	1.691.327	1.567.346	1.568.817	1.380.055
(-) Disponibilidades	(731.687)	(585.168)	(463.956)	(227.539)
(-) Baixa Renda a Receber	(30.069)	(35.786)	(38.179)	(33.728)
(-) Ativos Regulatórios Líquidos	(59.385)	(61.647)	(77.781)	(35.421)
= Dívida Financeira Líquida	870.186	884.744	988.901	1.083.366
EBITDA	112.485	172.440	121.441	87.317
EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses	493.684	528.866	493.195	490.258
1º Covenant <=2,5	1,76	1,67	2,01	2,21
Desp. Fin. Líquida Trimestral	12.489	6.658	21.853	11.486
Desp. Fin. Líquida dos últimos 12 meses	90.762	89.731	100.054	86.135
2º Covenant >=1,5	5,44	5,9	4,9	5,7

\* Corresponde a dívida bruta de Empréstimos e financiamentos e dívida bruta de Debêntures.

\*\* EBITDA calculado conforme contrato de financiamento, que significa o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, desconsiderando as outras despesas e receitas não recorrentes. As outras despesas e receitas não recorrentes são provenientes de baixas e alienação do ativo imobilizado.

#### Dívida com o Banco do Nordeste do Brasil:

- BNB I – No ano de 2006, a Cemar contratou financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, no montante de R\$136.076, com a finalidade de financiar os investimentos em redução das perdas técnicas e comerciais, melhoria na qualidade no fornecimento de energia elétrica, expansão do sistema de distribuição e atualização de tecnologia da informação. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa efetiva dessa operação é de 8,5% ao ano.

- BNB II - Em 05 de fevereiro de 2009, a CEMAR assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$144.939 mil, com a finalidade de complementar os recursos financeiros para investimentos na rede elétrica. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE é 8,50% ao ano, considerando o bônus de adimplimento de 15%, incidente sobre o pagamento dos juros.

#### Dívida com o BNDES:

- Em 11 de março de 2008, a CEMAR assinou o contrato de financiamento junto ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. no valor de R\$79.663 mil, lastreados por recursos originários de repasse pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O custo deste financiamento é de TJLP + 3,6% ao ano. O prazo total é de 5 anos, com carência de 1 ano e amortização em 4 anos. Estes recursos se destinam a financiar a implantação do projeto "Expansão e Qualidade Operacional CEMAR", com investimentos voltados ao combate das perdas comerciais de energia elétrica, a realização de ligações de novos consumidores e a atualização tecnológica da empresa.

Conforme contrato, a CEMAR apresentar os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 2,50;

2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,60.

Segue abaixo demonstração dos Covenants para os empréstimos do BNDES:

	<b>4T13</b>	<b>3T13</b>	<b>2T13</b>	<b>1T13</b>
(+) Empréstimos e Financiamentos	1.691.327	1.567.346	1.568.817	1.380.055
(-) Disponibilidades	(731.687)	(585.168)	(463.956)	(227.539)
(-) Dívida com BNDES - Acordo Setor	-	-	-	-
(-) Dívida com ELETROBRÁS - ECF 1960/99	(164.204)	(172.853)	(169.608)	(168.543)
(-) Baixa Renda	(30.069)	(35.786)	(38.179)	(33.728)
<b>Endividamento Financeiro Líquido</b>	<b>765.368</b>	<b>773.539</b>	<b>897.074</b>	<b>950.244</b>
(+) Lucro Líquido	(23.629)	(28.550)	47.820	46.251
(+) Resultado Financeiro Líquido	20.014	28.783	7.088	1.341
(+) Provisão de IR e CSLL	(6.454)	17.701	(1.991)	18.420
(+) Participação nos lucros	-	-	-	-
(+) Depreciações e Amortizações	10.011	14.279	8.776	6.842
(+) Outras Despesas/Receitas não operacionais	19.739	30.703	8.865	6.587
<b>LAJIDA</b>	<b>112.485</b>	<b>172.440</b>	<b>121.441</b>	<b>87.317</b>
<b>LAJIDA (12 Meses)</b>	<b>493.684</b>	<b>528.866</b>	<b>493.195</b>	<b>490.258</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.381.058</b>	<b>1.380.982</b>	<b>1.324.315</b>	<b>1.244.747</b>
<b>Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA ≤ 4,5</b>	<b>1,6</b>	<b>1,5</b>	<b>1,8</b>	<b>1,9</b>
<b>Endividamento Financeiro Líquido / Endividamento Financeiro Líquido + PL) ≤ 0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>

\* As outras despesas e receitas não recorrentes são provenientes de baixas e alienações do ativo imobilizado.

- Em 09 de dezembro de 2010, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de R\$100.000 mil, lastreados por recursos originários, dentre outras fontes, de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O custo deste financiamento é de TJLP + 4,91% ao ano. O prazo total é de 3 anos, com carência de 1 ano e amortização em 2 anos. Estes recursos se destinam a financiar a partes dos investimentos do ano de 2011 e reforço de capital de giro.

Conforme contrato, a CEMAR apresenta os seguintes indicadores financeiros, a serem apurados anualmente com base nas suas demonstrações financeiras auditadas:

1ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pelo EBITDA menor ou igual a 3,00;

2ª Covenant: Quociente entre o Endividamento Financeiro Líquido pela soma do Endividamento Financeiro Líquido com o Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,70.

Segue abaixo demonstração dos Covenants para este empréstimo do BNDES:

	<u>4T13</u>	<u>3T13</u>	<u>2T13</u>	<u>1T13</u>
Dívida Bruta	1.691.327	1.567.346	1.568.817	1.380.055
(-) Disponibilidades	(731.687)	(585.168)	(463.956)	(227.539)
= Dívida Financeira Líquida	959.640	982.177	1.104.860	1.152.516
LAJIDA	112.485	172.440	121.441	87.317
LAJIDA (12 Meses)	493.684	528.866	493.195	490.258
Patrimônio Líquido	1.381.058	1.380.982	1.324.315	1.244.747
Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA ≤ 3,0	1,6	1,5	1,8	1,9
Endividamento Financeiro Líquido / Endividamento Financeiro Líquido + PL) ≤ 0,7	0,4	0,4	0,4	0,4

Este financiamento findou-se em 16 de dezembro de 2013, data em que foi quitada toda a dívida relacionada à esse contrato.

- Em 11 de novembro de 2011, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de até R\$193.023,4 mil, com o total liberado de R\$175.237 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos, conforme segue abaixo:
  - Subcrédito A: O valor contratado é de R\$70.626mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com o custo de TJLP + 2,21% ao ano. O prazo total é de 6 anos, com início de amortização em Janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,21% ao ano.
  - Subcrédito B: O valor contratado é de R\$70.626mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com o custo de TJLP + 3,21% ao ano. O prazo total é de 6 anos, com início de amortização em Janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 9,21% ao ano.
  - Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$50.772mil, com o total de R\$33.000 mil liberados nas datas de 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, e custo de 8,7% ao ano. O prazo total é de 10 anos, com carência de 2 anos e amortização em 8 anos com início em Dezembro 2013. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dessa operação é de 8,7% ao ano.
  - Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$1.000mil, com o total de R\$986 mil liberados em 27 de dezembro de 2012 e com custo de TJLP. O prazo total é de 6 anos, com um ano de carência e 5 anos de amortização com início em Dezembro 2017. Em 31 de dezembro de 2011.
- Em 13 de dezembro de 2012, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de até R\$516.487,6 mil, com um total já liberado de R\$333.949 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em nove subcréditos, conforme segue abaixo:
  - Subcrédito A: O valor contratado é de até R\$144.562,4mil, com o total de R\$116.572 mil liberados até 31 de dezembro de 2013 e com o custo de TJLP + 2,06% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com início de amortização em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa efetiva dessa operação era de 7,06% ao ano.
  - Subcrédito B: O valor contratado é de até R\$144.562,4mil, com o total de R\$116.572 mil liberados até 31 de dezembro de 2013 e com o custo de TJLP + 3,06% ao ano. O prazo total é de 8 anos,

com início de amortização em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa efetiva dessa operação era de 8,06% ao ano.

- Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$130.473,9mil, com o total de R\$61.788 mil liberados até 31 de dezembro de 2013 e com custo de 2,5% ao ano. O prazo total é de 10 anos, com carência de 2 anos e amortização em 8 anos com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa efetiva dessa operação era de 2,5% ao ano.
- Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$36.641,8mil, com o total de R\$15.827 mil liberados até 31 de dezembro de 2013 e com custo de TJLP + 2,06% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa efetiva dessa operação era de 7,06% ao ano.
- Subcrédito E: O valor contratado é de até R\$36.641,8mil, com o total de R\$15.827 mil liberados até 31 de dezembro de 2013 e com custo de TJLP + 3,06% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa efetiva dessa operação era de 8,06% ao ano.
- Subcrédito F: O valor contratado é de até R\$12.904,6mil, com o total de R\$5.463 mil liberados até 31 de dezembro de 2013 e com custo de TJLP + 2,5% ao ano. O prazo total é de 10 anos, com 2 anos de carência e 8 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa efetiva dessa operação era de 2,5% ao ano.
- Subcrédito G: O valor contratado é de até R\$4.065,4mil, com o total de R\$950 mil liberados até 31 de dezembro de 2013 e com custo de TJLP + 2,06% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa efetiva dessa operação era de 7,06% ao ano.
- Subcrédito H: O valor contratado é de até R\$4.065,4mil, com o total de R\$950 mil liberados até 31 de dezembro de 2013 e com custo de TJLP + 3,06% ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa efetiva dessa operação era de 8,06% ao ano.
- Subcrédito I: O valor contratado é de até R\$2.569,5mil com custo de TJLP ao ano. O prazo total é de 8 anos, com 2 anos de carência e 6 anos de amortização com início em Janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa efetiva dessa operação era de 5,0% ao ano.

#### **Dívida com o Banco do Brasil:**

- Em Maio, Junho e Dezembro de 2013, foram adicionados aos financiamentos contratados da CEMAR os contratos Agroindustriais do Banco do Brasil. Foram captados R\$ 280.000 mil conforme segue a baixo:
  - Agroindustrial I: No dia 13 de maio de 2013 foram captados R\$90.000 mil. Este contrato é do tipo “bullet” com prazo de dois anos, ou seja, a amortização e o os juros totais do contrato serão pagos de uma única vez no fim do segundo ano após a contratação. O contrato Agroindustrial I subdivide-se conforme a baixo:
    - Agroindustrial I – Subcrédito A: O valor contratado foi de R\$45.000 mil ao custo de 99,369% do CDI.
    - Agroindustrial I – Subcrédito B: O valor contratado foi de R\$45.000 mil ao custo de 106,431% do CDI.
  - Agroindustrial II: Em 21 de junho de 2013 foram captados R\$150.000 mil ao custo de 99% do CDI. Este contrato é do tipo “bullet” com prazo de dois anos, ou seja, a amortização e o os juros totais do contrato serão pagos de uma única vez no fim do segundo ano após a contratação.
  - Agroindustrial III: Em 19 de dezembro de 2013 foram captados R\$40.000 mil também ao custo de 99% do CDI. Este contrato é do tipo “bullet” com prazo de dois anos, ou seja, a amortização e o os juros totais do contrato serão pagos de uma única vez no fim do segundo ano após a contratação.

#### **Dívida com a Caixa Econômica Federal:**

- Em dezembro de 2013 a CEMAR firmou junto à Caixa Econômica Federal um contrato no valor de R\$28.626,8 mil, montante este provido do FINISA (Fundo de investimento de infraestrutura e saneamento da CAIXA). Até 31 de dezembro de 2013 foram liberados R\$14.313 mil. Este contrato possui custo de 6% a.a., carência de 24 meses e será pago em 120 parcelas pelo método SAC (Sistema de Amortização Constante).

Por fim, os financiamentos acima contratados têm por objetivo financiamento dos planos de investimentos da Emissora e reforço de capital de giro.

#### **CELPA**

Destacamos abaixo as principais operações de endividamento contratadas:

- **Recuperação Judicial:** Com a aplicação do Plano de Recuperação Judicial, as operações de empréstimos e financiamentos da Emissora passaram ou passarão por processo de novação e repactuação. Em 31/12/2013, as operações de empréstimos e financiamentos em Recuperação Judicial totalizaram um saldo de R\$1.159 milhões. Dentre as operações renovadas ou a serem renovadas, destacamos abaixo as consideradas como relevantes:
  - **Eletrobrás:** crédito no valor de R\$423,5 milhões. Será amortizado a partir de março de 2027 em parcelas semestrais, vencendo-se a última parcela em setembro de 2034, com encargo de 8,5% a.a.
  - **Banco da Amazônia:**
    - Crédito com Garantia Real em R\$, no valor R\$83,1 milhões. Será amortizado mensalmente a partir de setembro de 2021, vencendo-se a última em agosto de 2026 com encargo do FNO, que em 31 de dezembro de 2013 foi de 10% a.a.
    - Crédito como Credor Financeiro em R\$ sem Recebíveis Vinculados no valor de R\$40,9 milhões. Será amortizado a partir de setembro de 2029 em parcelas semestrais, vencendo-se a última parcela em setembro de 2034, com atualização de IGP-M para o principal e encargo de 1% a.a.
  - **BID:** crédito com Garantia Real em US\$ no valor de US\$59,6 milhões. Será amortizado trimestralmente em parcelas iguais, vencendo-se a primeira no último dia de setembro de 2021 e a última em junho de 2026, com encargo máximo de 5,38% a.a.
- **Eletrobrás:** em 31 de março de 2010, foi assinado pela Emissora junto à ELETROBRÁS o contrato ECF-2812/2010. O referido contrato está lastreado por recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. O custo deste financiamento é de 7% ao ano mais a variação da RGR, com prazo de vencimento em 7 anos, composto pela carência de 2 anos e amortização em 5 anos. Estes recursos se destinam a financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema.

Por fim, as operações acima contratadas e/ou repactuadas pelo Plano de Recuperação Judicial tiveram por objetivo financiar os planos de investimentos da Emissora e reforço de capital de giro.

## GERAMAR

A companhia possui as seguintes dívidas ao final de 2013:

Empréstimos / Debêntures	Saldo Devedor	Encargos
Debêntures BASA/FDA	325.328	TJLP + 1,0% a.a
BNB	83.600	8,5% a.a

Em 31 de dezembro de 2013, a totalidade do passivo circulante e não circulante Consolidado da Equatorial Energia era de R\$6.255,9 milhões (R\$6.905,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$2.140,3 milhões em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$580,7 milhões (R\$587,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$313,9 milhões em 31 de dezembro de 2011) são garantidos por garantias reais, R\$1.366,4 milhões (R\$572,5 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$914,5 milhões em 31 de dezembro de 2011) são garantidos por garantias flutuantes, R\$1.263,2 milhões (em 2011 e 2012 não havia classificações em garantias fidejussórias) são garantidos por garantias fidejussórias e R\$3.045,6 milhões (R\$5.746,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$911,8 milhões em 31 de dezembro de 2011) possuem garantias quirografárias.

### g) limites de utilização dos financiamentos já contratados:

#### CEMAR

Para o contrato com BNDES celebrado em 23 de dezembro de 2012 para financiamento do plano de investimentos de 2012 a 2014, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado é até 31 de março de 2015.

Dos 516,5 milhões contratados, 64,66% já foram utilizados e 35,34% ainda deverão ser captados até o final de março de 2015.

#### CELPA

Não há limites de utilização já contratados.

#### GERAMAR

Não há limites de financiamentos não utilizados.

### h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

	Consolidado							
	31/12/2013	% AV	31/12/2012 (Reapresentado)	% AV	% AH	01/01/2012 (Reapresentado)	% AV	% AH
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>4.715.036</b>	100%	2.884.496	100%	63%	1.942.073	100%	49%
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>(3.672.894)</b>	-78%	(2.056.081)	-71%	79%	(1.268.647)	-65%	62%
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>1.042.142</b>	22%	828.415	29%	26%	673.426	35%	23%
Despesas com vendas	(248.717)	-5%	(146.980)	-5%	69%	(110.472)	-6%	33%
Despesas administrativas	(287.357)	-6%	(152.391)	-5%	89%	(87.111)	-4%	75%
Despesa com pessoal e administradores	(38.256)	-1%	(22.467)	-1%	70%	(12.162)	-1%	85%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(87.355)	-2%	(58.109)	-2%	50%	(27.907)	-1%	108%
Provisão (reversão) de contingências	(16.736)	0%	18.092	1%	-193%	(18.533)	-1%	-198%
Provisão plano de pensão e aposentadoria	7.843	0%	(14.768)	-1%	-153%	-	0%	N/A
Depreciação e amortização	(29.665)	-1%	(18.318)	-1%	62%	(14.938)	-1%	23%
Amortização do direito de concessão	(4.612)	0%	(5.816)	0%	-21%	(8.389)	0%	-31%
Resultado da equivalência patrimonial	16.847	0%	18.180	1%	-7%	11.304	1%	61%
Outras despesas/receitas operacionais	(65.569)	-1%	(42.786)	-1%	53%	(60.756)	-3%	-30%
<b>Total de receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(753.577)</b>	-16%	(425.363)	-15%	77%	(328.964)	-17%	29%
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>288.565</b>	6%	403.052	14%	-28%	344.462	18%	17%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(219.098)</b>	-5%	(91.209)	-3%	140%	(42.542)	-2%	114%
Receitas financeiras	473.381	10%	259.845	9%	82%	109.979	6%	136%
Despesas financeiras	(692.479)	-15%	(351.054)	-12%	97%	(152.521)	-8%	130%
<b>Lucro antes da contribuição social e imposto de renda</b>	<b>69.467</b>	1%	311.843	11%	-78%	301.920	16%	3%
Imposto de renda e contribuição social	9.050	0%	(104.377)	-4%	-109%	(55.751)	-3%	87%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>78.517</b>	2%	207.466	7%	-62%	246.169	13%	-16%
Atribuível aos acionistas não controladores	(9.880)	0%	(71.138)	-2%	-86%	(86.173)	-4%	-17%
<b>Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>68.637</b>	1%	136.328	5%	-50%	159.996	8%	-15%

## **Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012.**

### **Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$2.884 milhões em 2012 para R\$4.715 milhões em 2013, representando um aumento de 63%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) início da consolidação da controlada Celpa de maneira integral, tendo em vista que, em 2012, consolidamos apenas a partir de novembro; (ii) o aumento do volume de energia elétrica fornecida aos clientes da CEMAR, em 10,3% e de CELPA, que cresceu 8,6%, (iii) impacto da implementação da MP 579.

### **Custos do serviço de energia elétrica**

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$2.056 milhões em 2012 para R\$3.673 milhões no mesmo período de 2013, representando um aumento de 78% pelos seguintes motivos:

- (i) O custo da energia elétrica passou de R\$1.805 milhões em 2012 para R\$3.104 milhões em 2013, representando um aumento de 72%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão: (i) despacho de algumas usinas térmicas fora da ordem de mérito, cujo preço por MWh é maior devido restrição do sistema interligado nacional ou necessidade de reserva de água, (ii) aumento da demanda de energia requerida com o crescimento do mercado tanto de CEMAR como de CELPA, (iii) atualização monetária contratual dos custos da compra de energia pelo IPCA, a partir de agosto de 2013, motivos que levaram ao crescimento do custo ser maior do que a receita operacional líquida, e (iv) início da consolidação de CELPA de maneira integral (em 2012, consolidamos apenas a partir de novembro).
  
- (ii) O custo da operação passou de R\$250 milhões em 2012 para R\$569 milhões em 2013, representando um aumento de 127%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente, em razão: (i) início da consolidação de Celpa de maneira integral em 2013, tendo em vista, em 2012, sua consolidação se deu apenas a partir de novembro, (ii) aumento no custo de serviço a terceiros que passou de R\$109 milhões em 2012 para R\$235 milhões no mesmo período de 2013, representando um aumento de 115%.

### **Resultado financeiro**

O resultado do financeiro da Companhia passou de uma despesa financeira líquida de R\$91 milhões em 2012 para R\$219 milhões em 2013, representando um aumento de 140%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em função do início da consolidação integral de Celpa em 2013, tendo em vista que, em 2012, sua consolidação ocorreu apenas a partir de novembro.

### **Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social**

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$326 milhões em 2012 para R\$69 milhões em 2013, representando uma queda de 78%.

### **Lucro líquido do período**

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$141 milhões em 2012 para R\$68 milhões em 2013, representando uma queda de 51%.

## **Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011.**

### **Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$1.980 milhões em 2011 para R\$2.987 milhões em 2012, representando um aumento de 51%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) início da consolidação da controlada Celpa, apesar disto ocorrer apenas para os meses de novembro e dezembro; (ii) o aumento do volume de energia elétrica fornecida aos clientes da CEMAR, que cresceu de 4.370 GWh em 2011 para 4.796 GWh em 2012.

### **Custos do serviço de energia elétrica**

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$1.277 milhões em 2011 para R\$2.123 milhões no mesmo período de 2012, representando um aumento de 66% pelos seguintes motivos:

- (iii) O custo da energia elétrica passou de R\$1.114 milhões em 2011 para R\$1.871 milhões em 2012, representando um aumento de 68%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão: (i) despacho de algumas usinas térmicas fora da ordem de mérito, cujo preço por MWh é maior devido restrição do sistema interligado nacional ou necessidade de reserva de água, (ii) aumento da demanda de energia requerida com o crescimento do mercado somado a utilização de novas contratações de energia nos leilões A-3 e de fontes alternativas, (iii) atualização monetária contratual dos custos da compra de energia pelo IPCA, a partir de agosto de 2011 na controlada CEMAR, motivos que levaram a o crescimento do custo ser maior do que a receita operacional líquida, e (iv) início da consolidação de Celpa.
  
- (iv) O custo da operação passou de R\$162 milhões em 2011 para R\$252 milhões em 2012, representando um aumento de 55%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente, em razão: (i) início da consolidação de Celpa em 2012, (ii) aumento no custo de serviço a terceiros que passou de R\$56 milhões em 2011 para R\$110 milhões no mesmo período de 2012, representando um aumento de 95%.

### **Resultado financeiro**

O resultado do financeiro da Companhia passou de uma despesa financeira líquida de R\$53 milhões em 2011 para R\$98,5 milhões em 2012, representando um aumento de 84%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em função do início da consolidação de Celpa, apenas nos meses de novembro e dezembro.

### **Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social**

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$304,0 milhões em 2011 para R\$328,9 milhões em 2012, representando um aumento de 8%.

### **Lucro líquido do período**

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$160,0 milhões em 2011 para R\$141 milhões em 2012, representando uma queda de 12%.



## **Comparação dos nossos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.**

### **Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$1.798,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.980,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 10,1%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) o aumento do volume de energia elétrica vendida, que cresceu de 5.140 GWh em 2010 para 5.433 GWh em 2011; (ii) pelo crescimento do mercado, tendo passado de 1,82 milhão de clientes em 31 de dezembro de 2010 para 1,94 milhão de clientes em 31 de dezembro de 2011; (iii) aumento de 0,08% como efeito médio para o consumidor na tarifa fornecimento de energia resultado do reajuste tarifário de 28 de agosto de 2010, e (iv) aumento de 23% da receita de construção registrada na CEMAR, passando de R\$402,2 milhões em 2010 para R\$495,6 milhões em 2011, em função do volume de investimento maior em relação ao período anterior; e (v) redução das perdas não-técnicas em 1,1 p.p e redução das perdas técnicas de 0,76 p.p considerando a relação das perdas nos períodos de doze meses encerrado em setembro de 2011 e 30 de setembro de 2012.

### **Custos do serviço de energia elétrica**

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$1.105,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.276,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 15,4%.

- (i) O custo da energia elétrica passou de R\$954,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.114,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 16,7%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, por: (i) aumento da demanda de energia requerida com o crescimento do mercado somado a utilização de novos contratos de energia nos leilões A-3 e de fontes alternativas; e (ii) atualização monetária contratual dos custos da compra de energia pelo IPCA, a partir de agosto de 2010, na controlada CEMAR.
- (ii) O custo da operação passou de R\$148,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$162,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 9,5%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo reconhecimento não-recorrente de R\$10,8 milhões, sendo R\$7,8 milhões em serviços de terceiros e R\$3,0 milhões em material com o custo dos padrões vendidos (cujas receitas também foram reconhecidas) e intensificação das ações de combate à fraude e redução de perdas de energia, na controlada CEMAR.

### **Resultado financeiro**

O resultado financeiro da Companhia passou de uma despesa financeira líquida de R\$64,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para uma despesa financeira líquida de R\$53,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 16,5%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, basicamente, pelo aumento da receita financeira decorrente dos juros e multas

(acréscimos moratórios) sobre energia vendida e parte pelo alongamento do *aging* de recebimento.

### Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social passou de R\$344,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$304,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 11,7%.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e contribuição social passaram de R\$58,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$57,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 0,6%. Não tendo ocorrido variação significativa entre os exercícios.

### Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do exercício passou de R\$286,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$246,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 14,0%.

### Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Ativo	Consolidado					
	31/12/2013	% AV	31/12/2012 (Reapresentado)	% AV	% AH	01/01/2012 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	350.885	4%	133.101	1%	164%	237.510
Investimentos de curto prazo	1.262.132	14%	1.592.099	17%	-21%	200.889
Contas a receber de clientes	1.006.085	11%	1.094.304	12%	-8%	467.069
Impostos e contribuições a recuperar	113.849	1%	78.951	1%	44%	38.973
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	53.871	1%	26.914	0%	100%	41.185
Conta de consumo de combustíveis CCC	94.346	1%	153.394	2%	-38%	-
Estoques	24.258	0%	25.350	0%	-4%	6.101
Dividendos	-	0%	4.053	0%	-100%	2.042
Serviços pedidos	100.265	1%	81.494	1%	23%	29.102
Depósitos judiciais	24.165	0%	89.411	1%	-73%	17.943
Instrumentos financeiros derivativos	4.286	0%	-	0%	N/A	-
Recuperação de custo de energia e encargos	5.721	0%	-	0%	N/A	-
Outros créditos a receber	41.336	0%	40.313	0%	3%	7.698
	<b>3.081.199</b>	<b>34%</b>	<b>3.319.384</b>	<b>36%</b>	<b>-7%</b>	<b>1.048.512</b>
<b>Não circulante</b>						
Contas a receber de clientes	116.124	1%	89.299	1%	30%	69.980
Impostos e contribuições a recuperar	59.544	1%	104.891	1%	-43%	40.321
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	33.206	0%	52.397	1%	-37%	9.453
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.099	0%	11.214	0%	177%	75.739
Depósitos judiciais	139.559	2%	180.584	2%	-23%	133.321
Aplicação em garantia	-	0%	-	0%	N/A	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	0%	1.052.945	11%	-100%	79.214
Instrumentos financeiros derivativos	232	0%	-	0%	N/A	-
Ativo financeiro da concessão	1.195.743	13%	-	0%	N/A	-
Sub-rogação da CCC - Valores aplicados	185.689	2%	211.699	2%	-12%	-
Outros créditos a receber	72.770	1%	45.812	0%	59%	8.950
Investimentos	70.894	1%	66.884	1%	6%	55.385
Imobilizado	2.713	0%	2.659	0%	2%	1.194
Intangível	4.114.727	45%	4.142.679	45%	-1%	1.778.696
	<b>6.022.300</b>	<b>66%</b>	<b>5.961.063</b>	<b>64%</b>	<b>1%</b>	<b>2.252.253</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>9.103.499</b>	<b>100%</b>	<b>9.280.447</b>	<b>100%</b>	<b>-2%</b>	<b>3.300.765</b>

Passivo	Consolidado					
	31/12/2013	% AV	31/12/2012	% AV	% AH	01/01/2012
			(Reapresentado)			(Reapresentado)
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	674.714	7%	663.032	7%	2%	186.954
Folha de pagamento e provisão de férias	43.278	0%	27.904	0%	55%	8.211
Empréstimos e financiamentos	169.234	2%	648.678	7%	-74%	214.291
Debêntures	5.974	0%	169.602	2%	-96%	61.590
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	2.050	0%	-100%	-
Taxas regulamentares a pagar	932	0%	24.706	0%	-96%	9.227
Impostos e contribuições a recolher	248.686	3%	281.947	3%	-12%	52.190
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	17.845	0%	4.032	0%	343%	26.314
Dividendos e JSCP	29.890	0%	90.547	1%	-67%	54.815
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	39.775	0%	32.384	0%	23%	35.784
Taxa de iluminação pública	32.749	0%	46.098	0%	-29%	14.534
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	70.208	1%	58.020	1%	21%	14.293
Participação nos lucros de empregados	34.673	0%	25.817	0%	34%	18.682
Indenizações trabalhistas	20	0%	232	0%	-91%	-
Recuperação judicial - CELPA	85.254	1%	8.963	0%	851%	-
Outras contas a pagar	235.699	3%	511.726	6%	-54%	30.711
	<b>1.688.931</b>	<b>19%</b>	<b>2.595.738</b>	<b>28%</b>	<b>-35%</b>	<b>727.596</b>
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	2.756.344	30%	1.974.185	21%	40%	928.122
Debêntures	294.085	3%	283.210	3%	4%	160.380
Impostos e contribuições a recolher	333.813	4%	431.706	5%	-23%	37.727
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0%	16.402	0%	-100%	50
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	637.524	7%	754.488	8%	-16%	146.234
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	80.740	1%	71.211	1%	13%	23.305
Plano de aposentadoria e pensão	25.533	0%	33.430	0%	-24%	-
Taxas regulamentares	-	0%	88.260	1%	-100%	-
Recuperação judicial - CELPA	332.620	4%	409.530	4%	-19%	-
Outras contas a pagar	106.262	1%	106.695	1%	0%	18.808
	<b>4.566.921</b>	<b>50%</b>	<b>4.169.117</b>	<b>45%</b>	<b>10%</b>	<b>1.314.626</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	1.977.276	22%	1.742.519	19%	13%	566.831
Reservas de capital	14.080	0%	14.080	0%	0%	13.339
Reservas de lucros	484.463	5%	432.376	5%	12%	341.958
Outros resultados abrangentes	(2.633)	0%	(2.655)	0%	-1%	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	0%	(22.262)	0%	0%	-
Prejuízos acumulados	(96.751)	-1%	-	0%	N/A	-
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>2.354.173</b>	<b>26%</b>	<b>2.164.058</b>	<b>23%</b>	<b>9%</b>	<b>922.128</b>
Participação dos acionistas não controladores	493.474	5%	351.534	4%	40%	336.415
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.847.647</b>	<b>31%</b>	<b>2.515.592</b>	<b>27%</b>	<b>13%</b>	<b>1.258.543</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>9.103.499</b>	<b>100%</b>	<b>9.280.447</b>	<b>100%</b>	<b>-2%</b>	<b>3.300.765</b>

### Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$3.320 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$3.082 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando uma queda de 7%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela queda no total de disponibilidades do Emissor no período (de R\$ 1.725 milhões para R\$ 1.613 milhões) e pela queda no valor de Contas a Receber de Clientes no curto prazo (de R\$1.094 milhões para R\$ 1.006 milhões).

### Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$5.961 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$6.022 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 1%. Os Diretores da Companhia entendem praticamente não houve variação desta conta entre os exercícios.

### **Passivo circulante**

O passivo circulante da Companhia passou de R\$2.596 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$1.689 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando uma queda de 35%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela redução no endividamento bancário de curto prazo da Companhia (de R\$ 818 milhões para R\$ 175 milhões).

### **Passivo não circulante**

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$4.169 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$4.567 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 10%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo alongamento do perfil de endividamento da Companhia, cujo saldo aumentou de R\$ 2.257 milhões para R\$ 3.050 milhões.

### **Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 2.516 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$2.848 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 13%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento do capital social de R\$234 milhões ocorrido em 2013.

### **Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.**

#### **Ativo circulante**

O ativo circulante da Companhia passou de R\$1.053,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$3.378,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 220%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo início da consolidação dos saldos da Celpa, adquirida em 1º de novembro de 2012.

#### **Ativo não circulante**

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$2.345,2 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$6.052 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 158%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo início da consolidação dos saldos da Celpa, adquirida em 1º de novembro de 2012.

#### **Passivo circulante**

O passivo circulante da Companhia passou de R\$787,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$2.654 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 237%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo início da consolidação dos saldos da Celpa, adquirida em 1º de novembro de 2012.

#### **Passivo não circulante**

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$1.353,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$4.251 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 214%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo início da consolidação dos saldos da Celpa, adquirida em 1º de novembro de 2012.

#### **Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 1.258,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$2.525 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 135%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento do capital social de R\$1.175 milhões ocorrido em 2012 e pelo início da consolidação dos saldos da Celpa.

## **Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.**

### **Ativo circulante**

O ativo circulante da Companhia passou de R\$1.098,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.053,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 4,1%. Os Diretores da Companhia entendem que essa redução ocorreu, principalmente, pelas seguintes razões: (i) redução de 18,5% no saldo de caixa e equivalentes caixas; (ii) redução de 47,4% do saldo de serviços pedidos em razão da conclusão de serviços ligados a atividade de distribuição de energia solicitados por clientes.

### **Ativo não circulante**

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$2.178,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$2.345,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 7,7%. Os Diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, principalmente, pela seguinte razão: (i) o investimento realizado na concessão em 2011 que foi superior a amortização do intangível existente.

### **Passivo circulante**

O passivo circulante da Companhia passou de R\$666,6 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$787,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 18,1%. Os Diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, principalmente, pelas seguintes razões: expressivo aumento na linha de Empréstimos e financiamentos, decorrente tanto de amortizações quanto de reclassificações entre circulante e não circulante, devido ao escalonamento da dívida já esperado pelos contratos firmados.

### **Passivo não circulante**

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$1.339,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.353,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 1,1%. Os Diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, principalmente, pelas seguintes razões: (i) amortização da conta de debêntures, decorrente do pagamento da primeira parcela da 3ª emissão de debêntures da controlada CEMAR; (ii) que foi compensada pela entrada de novos financiamentos aumentando a conta de empréstimos e financiamentos.

### **Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$1.270,9 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.258,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 1,0%. Essa redução é decorrente principalmente da aprovação e pagamento de dividendos, que foi compensada parcialmente pelo lucro líquido do exercício de 2011 no montante de R\$246,2 milhões.

#### **10.2. Os diretores devem comentar:**

##### **a) resultados das operações do emissor, em especial:**

##### **i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

As informações financeiras incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

##### **a. resultado das operações da Companhia, em especial:**

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

**i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão da CEMAR e da Celpa.

Os Diretores da Companhia acreditam que os principais fatores que impulsionam o desempenho / principais componentes da receita líquida consolidada da Companhia são:

- (i) Volume de energia vendido pela CEMAR e Celpa;
- (ii) Tarifa praticada;
- (iii) Nível de perdas de energia, e;
- (iv) Receita de Construção.

**ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados das operações da Companhia nos exercícios sociais encerrados em dezembro de 2013, 2012 e 2011 são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive:

- alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia;
- aumento no volume de energia comprada para revenda, em decorrência do crescimento de mercado no fornecimento de energia elétrica;
- novos contratos de compra de energia elétrica (hidráulicas e térmicas), firmados em função do crescimento do mercado, cujo preço se apresenta mais elevado em comparação com os contratos provenientes de energia existente (fontes hidráulicas);
- reajuste anual dos preços da energia comprada para revenda;
- alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado;
- condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da CEMAR;
- mudanças na regulação e legislação do setor elétrico;
- resultados das disputas judiciais e contingências;
- variação cambial e de taxa de juros.

*Perdas de Energia*

As distribuidoras CEMAR e Celpa sujeitam-se a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas comerciais. Perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas comerciais resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a necessidade da Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

*Incentivos Fiscais (CEMAR)*

*Depreciação Acelerada*

O art. 31 da Lei nº 11.196/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.988/2006 concedeu o incentivo da depreciação acelerada incentivada, para efeito do cálculo do imposto sobre a renda,

para bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2018, pelas pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM. A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição do bem.

Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através da Portaria nº 0043, emitida pela SUDENE, em 27 de abril de 2007. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou os 217 Municípios do Estado do Maranhão como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas a que se refere à Portaria da SUDENE. Dessa forma, a CEMAR vem utilizando o incentivo para todos os 217 Municípios do Estado do Maranhão.

#### *Isenção de 75% do Imposto de Renda*

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº. 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2021.

A CVM através da Deliberação nº. 555, emitida em 12 de novembro de 2008, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. A lei nº. 11.638/07 extinguiu as reservas de capital e Doações e Subvenção para Investimento e criou a Reserva de Incentivos Fiscais, onde a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

#### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

O setor elétrico segue um modelo que define tarifas para o ciclo tarifário de um ano. No caso da CEMAR, o ano tarifário vai de 28 de agosto de um ano até 27 de agosto do ano seguinte. No caso da Celpa, o ano tarifário vai de 07 de agosto de um ano até 06 de agosto do ano seguinte. Neste modelo são consideradas estimativas para os custos com encargos do setor, compra de energia, entre outros, que são considerados não-gerenciáveis pela empresa. A Demonstração de Resultados do Exercício ("DRE") da Companhia sempre refletirá na receita a tarifa homologada que incluiu a expectativa desses custos não-gerenciáveis. Desta forma, a medida que são apurados os custos reais, os resultados da Companhia serão afetados por qualquer oscilação entre o valor realizado e aquele considerado na tarifa. Porém, para fins de modicidade tarifária junto à ANEEL a Companhia constituirá no Balanço Regulatório uma conta de CVA<sup>1</sup> para registrar qualquer variação entre o custo projetado e o real, especificamente dos itens não-gerenciáveis, para posterior cobrança e/ou devolução de diferença para os consumidores.

Antes de 2010 e, portanto, antes da adoção do IFRS, a conta CVA fazia parte das demonstrações financeiras da Companhia com impacto na DRE e no ativo/passivo. Na adoção do IFRS e apresentação das demonstrações financeiras de 2010, os saldos de 2009 e de

---

<sup>1</sup> A CVA, criada pela Medida Provisória 2.227/01 e instituída pela Portaria Interministerial nº 25/02, registra a variação, entre os reajustes tarifários anuais, de parte dos itens de custo das distribuidoras, como a compra de energia elétrica da usina de Itaipu e alguns encargos tarifários do setor elétrico. O repasse da Conta às tarifas relativo à variação de 2003 deveria ter ocorrido no ano passado mas foi adiado para aplicação este ano e no ano que vem pela Portaria Interministerial nº 116, de 4 de abril de 2003.

abertura em 1º de janeiro de 2009 foram ajustados para excluir os saldos da CVA. Para demais informações sobre a composição das tarifas, área de concessão e vantagens competitivas vide o item 7.3.b características do processo de distribuição deste Formulário de Referência.

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Os principais indexadores presentes no plano de negócios do Emissor são o IGP-M, TJLP, CDI e IPCA:

- IGP-M: A companhia possui 11,2% de seu endividamento atrelado ao IGP-M.
- TJLP: A Equatorial possui 11,2% de seu endividamento atrelado a TJLP.
- CDI: Todas as aplicações financeiras da CEMAR e CELPA. A Equatorial possui 13,7% de seu endividamento atrelado ao CDI.
- IPCA: A Equatorial possui 6,2% de seu endividamento atrelado a IPCA.

**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Até 31 de dezembro de 2013, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não ocorreu na Companhia ou em suas controladas a introdução ou alienação de segmento operacional.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

*Aquisição da CELPA*

Em 25 de setembro de 2012, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Compra e Venda”) visando à aquisição de ações representativas de 65,18% do capital social votante e 61,37% do capital social total da CELPA no âmbito do seu processo de recuperação judicial. Em 01 de novembro de 2012, após a aprovação pela ANEEL e pelo CADE, a Companhia concluiu referida aquisição, passando a CELPA a ser uma de suas controladas. Ver neste Formulário de Referência o item 8.4 – Descrição do Grupo Econômico – Outras Informações Relevantes, para uma descrição detalhada do Plano de Recuperação da CELPA e do Contrato de Compra e Venda.

*Aquisição de 50% da Vila Velha Termoelétricas Ltda.*

Em 10 de fevereiro de 2012, a Companhia celebrou com LMP Energy Participações e Consultoria Ltda. Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas, por meio do qual adquiriu 50% das quotas do capital social da Vila Velha Termoelétricas Ltda. (“Vila Velha”), sociedade pré-operacional, responsável pela implantação e operação de usinas termoelétricas no Espírito Santo. O valor de aquisição foi R\$3,75 milhões, composto por (i) parcela à vista de R\$2,0 milhões; e (ii) R\$1,75 milhão após a ocorrência de qualquer um dos eventos previstos no Instrumento. Em fevereiro de 2012, todas as condições precedentes previstas no contrato em questão foram cumpridas pela Companhia, concluindo-se, assim, a aquisição da Vila Velha. Em fevereiro de 2012, todas as condições precedentes previstas no contrato em questão foram cumpridas pela Companhia, concluindo-se, assim, a aquisição da Vila Velha.

*Aquisição de 51% do capital votante da Sol Energias Ltda*



Em 07 de agosto de 2011, a Companhia anunciou o investimento através de sua controlada integral, Equatorial Soluções S.A. ("Equatorial Soluções"), na Sol Energias Comercializadora de Energia Ltda. ("Sol Energias"), empresa comercializadora de energia e de novos negócios. Tal investimento foi realizado mediante o aumento do capital social da Sol Energia realizado em 22 de novembro de 2011, no valor de R\$6,00 milhões, efetivado em 22 de novembro de 2011. Em decorrência de referido aumento de capital, a Equatorial Soluções passou a deter 51% do capital votante e total da Sol Energias.

*Alienação, pelo FIP PCP, da sua participação indireta em Light S.A.*

Em 30 de dezembro de 2009, foi divulgada a alienação, por parte do FIP PCP ("PCP"), controlador da Companhia, de sua participação indireta na Light S.A.

O contrato assinado entre o PCP e a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), prevê que o PCP fará aprovar uma cisão da Companhia, na qual sua participação indireta na Light S.A. será revertida para uma nova companhia a ser criada ("Newco") e, posteriormente à listagem das ações da Newco no Novo Mercado, alienará sua participação a uma sociedade cujo capital a CEMIG participe em proporção não inferior a 20%.

A cisão da Companhia foi aprovada em 29 de abril de 2010, e, a partir do exercício de 2010, as Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia deixaram de consolidar 25% da posição patrimonial e dos resultados do exercício provenientes da Light S.A. proporcionais a sua participação, que era de 25%.

### **c) Eventos ou operações não usuais**

Conforme mencionado no item "b" acima, tendo em vista que a cisão da Companhia foi aprovada em 29 de abril de 2010, as suas Demonstrações Financeiras consolidadas deixaram de consolidar 25% da posição patrimonial e os resultados do exercício provenientes da Light S.A. proporcionais a sua participação, que era de 25%.

#### **10.4. Os Diretores devem comentar:**

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores

##### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia adotou as normas do CPC descritas abaixo no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. A aplicação dos padrões contábeis internacionais (IFRS) trouxe uma significativa mudança nos resultados de 2010. Neste aspecto a Diretoria da Companhia considera oportuno ressaltar que o entendimento desta nova metodologia é relevante para efeito comparativo em relação ao passado recente e também para avaliações e projeções dos futuros resultados da Companhia e do setor de transmissão.

##### ***Novas Regras Contábeis***

Em cumprimento às novas regras contábeis em vigor no Brasil, a partir de dezembro de 2010, a Companhia refletiu em suas demonstrações financeiras os efeitos da aplicação do ICPC-01. Estas regras não causaram impactos fiscais e não foram aplicadas para fins regulatórios. A Diretoria da Companhia ressalta que essas mudanças não alteraram os fluxos de pagamento, portanto, não trazem impacto sobre a geração de caixa operacional e financeira da Companhia.

A principal mudança contábil alterou a forma de contabilização da receita da Companhia, bem como o reconhecimento de um ativo financeiro e a não contabilização de um ativo imobilizado. A nova regra prevê que a contabilização da receita ao longo do período de concessão seja feita de maneira diferente daquela prevista nos contratos de concessão.

##### ***Práticas Contábeis***

O processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS ocorreu em duas etapas: (a) a primeira em 2008, com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2008; e (b) a segunda, desenvolvida em 2009, com a edição dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43 (exceto o CPC 34 – ainda não emitido).

As novas práticas contábeis contidas nos pronunciamentos técnicos foram adotadas de forma completa nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS. Neste contexto, a data de transição adotada pela Companhia foi 1º de janeiro de 2009, data em que foram preparados os balanços patrimoniais de abertura. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram alteradas as práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras quando comparadas com aquelas seguidas na elaboração das demonstrações financeiras divulgadas no ano anterior.

##### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A aplicação das normas (“novas normas”), descritas no item acima, impactaram montantes apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com adoção do ICPC01, a Companhia entende que todos os itens antes registrados no ativo imobilizado, pertencem à concessão de distribuição de energia elétrica. Sendo assim, estes

saldos passam a ser registrados no Ativo Intangível Contrato de Concessão de Serviços e Ativo Financeiro conforme regra estabelecida por esta interpretação da norma contábil.

### **c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os pareceres dos Auditores Independentes referente às demonstrações financeiras da Companhia, emitidos para os exercícios sociais de 2013, 2012 e 2011, foram emitidos sem ressalvas, sendo que no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras destes mesmos exercícios, é apresentado o parágrafo de ênfase abaixo:

- (i) Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Equatorial Energia S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Nossa opinião é a de que as Demonstrações Financeiras dos referidos exercícios foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras também consideram a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

### **10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que nós os Diretores, em conjunto com a administração, façamos julgamentos e estimativas e adotemos premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

### *Estimativas e Premissas*

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

### *Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### *Impostos*

As estimativas e premissas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas de mercado, financeiras e de negócios. Dessa forma, essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para potenciais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### *Benefícios de Aposentadoria*

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

### *Amortização do intangível de concessão*

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

#### *Ativo financeiro de concessão*

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria, prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

#### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda incluía avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de suas contas a receber.

## **10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores

### **a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa do segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e considera seus controles internos suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera. Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a Administração está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e controles internos.

*Auditoria Interna* - Durante o ano de 2013, os trabalhos de auditoria interna foram focados na identificação de riscos relacionados à elaboração e divulgação dos relatórios financeiros da Companhia. Sendo assim, foi implementada uma estrutura de controles internos para mitigação de parte significativa dos riscos identificados, de forma a assegurar os processos envolvidos.

A administração da Companhia concluiu a revisão de seu ambiente de controles internos e não identificou nenhuma deficiência que pudesse ser considerada significativa, ou fraqueza material em seu ambiente de controles sobre a preparação e divulgação de demonstrações financeiras da Companhia.

### **b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

No último relatório dos auditores independentes recebido, não há qualquer menção a deficiência que pudesse ser considerada significativa ou fraqueza material no ambiente de controles internos da Companhia.

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os Diretores devem comentar:**

**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Em dezembro de 2012, a Equatorial concluiu sua operação de aumento de capital (*follow on*) através da qual captou liquidamente aproximadamente R\$1,1 bilhão.

Entre dezembro de 2012 e janeiro de 2014, a Equatorial realizou aporte de capital ou adiantamento para futuro aumento de capital em sua controlada Celpa de R\$690 milhões.

O restante destes recursos, aproximadamente R\$460 milhões, encontra-se aplicado em investimentos de curto prazo (disponível) para que seja oportunamente destinado a: (i) aporte de recursos novos na Celpa; (ii) potenciais novas oportunidades de M&A (fusões ou aquisições), ou; (iii) capital de giro da Companhia.

**b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

A proposta de destinação dos recursos constante do prospecto da operação de aumento de capital mencionada acima, afirmava que os recursos seriam utilizados da seguinte maneira:

*Capitalização da CELPA*

Pretendemos investir 70,0% dos recursos obtidos por meio da Oferta Primária para efetuar aporte de recursos novos na CELPA (capital próprio e/ou dívida), visando possibilitar que a CELPA faça frente às suas obrigações assumidas no Plano de Recuperação Judicial, em especial ao pagamento da primeira parcela destinada aos credores habilitados no Plano de Recuperação Judicial.

O exercício do direito de preferência por parte dos acionistas minoritários em eventual capitalização de Celpa poderá reduzir o montante do aporte a ser realizado pela Companhia. Caso isso ocorra, a Companhia poderá realocar o montante remanescente dos recursos para as demais destinações aqui previstas, nas proporções mencionadas na tabela acima.

*Aquisições*

Pretendemos investir 25,0% dos recursos obtidos por meio da Oferta Primária em aquisições de empresas atuantes no setor de distribuição, comercialização e geração de energia elétrica.

*Capital de giro*

Pretendemos investir 5,0% dos recursos obtidos por meio da Oferta Primária para fins de reforço de capital de giro.

Os diretores da Companhia entendem não ter havido desvios em relação à utilização dos recursos captados e a proposta de destinação dos recursos constante do seu prospecto de distribuição.

**c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Os diretores da Companhia entendem que não houve desvios.

#### **10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.



## **10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

- b) natureza e o propósito da operação**

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2013, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 296 milhões, enquanto os investimentos no Programa Luz Para Todos somaram R\$ 29 milhões. Neste mesmo período, a CELPA investiu R\$ 361 milhões em investimentos próprios e R\$ 61 milhões no Programa Luz Para Todos.

Em 2012, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 441,2 milhões, enquanto os investimentos no Programa Luz Para Todos somaram R\$177,5 milhões. Neste mesmo ano, a Celpa investiu R\$432,6 milhões em investimentos próprios e R\$45,5 milhões no Programa Luz Para Todos.

Em 2011, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 322,3 milhões, dos quais R\$58,6 milhões foram direcionadas à manutenção da rede e R\$263,7milhões à expansão da rede de distribuição de energia.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

**CEMAR**

A Emissora financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, ELETROBRÁS, BNDES, IFC e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário, tais como DEBÊNTURES e outros títulos que tenham taxas atrativas e perfil de prazo adequados.

Já os investimentos diretos do Programa Luz Para Todos são financiados com recursos da Eletrobrás, através da linha de RGR e de CDE.

**GERAMAR**

Ao longo de 2008 e 2009, a Geramar investiu R\$24 milhões e R\$107 milhões (já considerando apenas os 25% de participação da Equatorial), respectivamente, na construção de suas duas usinas de geração termoeleétrica, com capacidade instalada conjunta de 330MW, com início de sua operação em janeiro de 2010.

**iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

**b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não houve aquisição de ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

**c) Novos produtos e serviços, indicando:**

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

**10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**ANEXO II**  
**ANEXO 9-1-II (Instrução CVM 481/09)**  
**destinação do lucro líquido**

(Valores apresentados em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

R. R\$ 68.637

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

R. Dividendos propostos: R\$ 17.860  
Valor dos dividendos por ação: R\$ 0,09

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

R. 26,02%

**4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

R. Não há

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Tipo de Ação	Quantidade	Valor
Ordinárias	198.447	17.860

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

R. Será pago até 31 de dezembro de 2014, em datas a serem definidas pela Administração.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

R. Não aplicável

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

R. Terão direito ao recebimento dos dividendos anunciados aqueles acionistas identificados como tais em 25 de abril de 2014.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

R. Não houve

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

R. Não houve

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2013	2012	2011	2010
Lucro do Exercício	68.637	140.995	159.996	188.871
Lucro por ação (R\$)	0,35	0,72	1,47	1,74
Quantidade média ponderada de ações	197.832	113.672	109.163	108.483

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

R.

Valor por Ação (lote de unidades de reais)

Deliberação	Proventos	Valor	ON
31/12/2013			
Reunião do Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2014	Dividendos	17.860	0,09
31/12/2012			
Reunião do Conselho de Administração em 28 de março de 2013	Dividendos	33.736	0,17
31/12/2011			
Reunião do Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012	Dividendos	50.421	0,46

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R. R\$3.432

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

R. 5% sobre o lucro líquido do exercício.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

R. Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

R. Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

R. Não aplicável

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

R. Não aplicável

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

R. Não aplicável

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

R. “(iii) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o item (i) deste Parágrafo será distribuído a título de dividendo a todos os acionistas da Companhia;”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

R. Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

R. Não houve.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

a. Informar o montante da retenção

R. Não aplicável

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

R. Não aplicável

- c. Justificar a retenção dos dividendos

R. Não aplicável

## **12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

- a. Identificar o montante destinado à reserva

R. Não aplicável

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

R. Não aplicável

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável

R. Não aplicável

- d. Justificar a constituição da reserva

R. Não aplicável

## **13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

R. Não aplicável

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

R. Não aplicável

## **14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

R. “(iv) a parcela remanescente do lucro líquido do exercício após o pagamento de dividendo aos acionistas, em percentual a ser definido pela assembleia geral, será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade (i) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica; (ii) reforçar o capital de giro da Companhia; e, (iii) ainda, ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia;”

b. Identificar o montante destinado à reserva

R. R\$47.345

c. Descrever como o montante foi calculado

R. Saldo excedente do lucro do exercício ajustado, após proposta de distribuição de dividendos.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

a. Identificar o montante da retenção

R. Não aplicável

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

R. Não aplicável

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

a. Informar o montante destinado à reserva

R. Não aplicável

b. Explicar a natureza da destinação

R. Não aplicável



**ANEXO III**  
**REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**  
**Item 13 – Formulário de Referência (Instrução CVM 480/09)**

**13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal e dos comitês**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração:**

A política de remuneração da Equatorial tem por objetivo atrair e reter, motivar e desenvolver executivos com padrão de excelência requerido pelo Emissor. As práticas de remuneração objetivam a criação de uma cultura direcionada ao atingimento de resultados, através do alcance e superação de metas que sejam interessantes para colaboradores, companhia e acionistas.

Adicionalmente à política de remuneração, o Emissor possuía Plano de Opção de Compra de Ações que conferia ao seu detentor o direito, porém não a obrigação de subscrever ações do Emissor a um preço fixado num determinado período de tempo. Na nossa visão, trata-se de instrumento que, de um lado, envolve risco, mas, de outro, permite o alinhamento dos interesses da administração aos de seus acionistas no médio e longo prazo.

**b) composição da remuneração:**

**i. elementos da remuneração e os objetivos:**

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Equatorial recebem honorários fixos mensais pelo desempenho de suas funções, alinhados à média de mercado.

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por honorário fixo mensal, participação nos resultados, e benefícios. A remuneração fixa é alinhada à média de mercado e definida através de pesquisa de mercado, utilizando-se a metodologia Hay Group. A remuneração variável, por sua vez, é determinada através do atingimento de metas e está atrelada ao valor meritocracia, praticado no Emissor. Os benefícios recebidos pelos diretores são: plano de saúde e odontológico, auxílio refeição.

**ii. proporção de cada elemento na remuneração total:**

Orgão	Honorário Fixo	Benefícios	Variável	Plano de Opções* (Stock Options)
Conselho Fiscal	83%	17%	0%	0%
Conselho de Administração	83%	17%	0%	0%
Diretoria Estatutária	20%	17%	63%	0%

\* Caráter meramente informativo (vide item 13.16)

Informamos que não houve remuneração reconhecida no resultado de 2013 atrelado ao exercício do Plano de Opções, tendo em vista que o referido Plano encontra-se extinto desde o exercício de 2012.

**iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:**

Não há metodologia de reajuste específico para cada um dos componentes da remuneração, tanto para conselheiros, quanto para diretores estatutários. Sobre a metodologia de cálculo, periodicamente, analisa-se as práticas de mercado, obtidas através de pesquisa de mercado, que objetiva avaliar a aderência interna dos valores à realidade do mercado.

#### **iv. razões que justificam a composição da remuneração:**

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar.

#### **c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Emissor é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos diretores estatutários é definida através de um sistema de gestão de metas, previamente contratadas e alinhadas ao planejamento estratégico do Emissor. Os principais indicadores avaliados incluem: EBITDA, geração operacional de caixa, execução de investimentos, indicadores de qualidade, indicadores de satisfação de clientes e funcionários, índices de perdas de energia, dentre outros.

#### **d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

No que tange aos diretores estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas formalmente contratadas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho do Emissor.

As metas da presidência são desdobradas para cada diretoria e assim por diante de forma que o alcance das metas de forma segmentada contribua para o resultado do Emissor. Além disso, é necessário que o Emissor atinja um desempenho mínimo desejado para que haja o pagamento da remuneração variável, neste mesmo sentido resultados excepcionais também refletem em remuneração variável diferenciada.

#### **e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:**

O formato da remuneração acima descrito busca incentivar os colaboradores a procurar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pelo Emissor, de tal maneira a alinhar os interesses destes.

Os indicadores definidos como metas, cujos resultados influenciam em sua remuneração variável, são estabelecidos de modo a alinhar os interesses dos administradores da Companhia com os interesses dos seus acionistas no curto e no médio prazo.

A potencial existência de Plano de Opção de Compra de Ações, apesar de não haver um Plano vigente atualmente e de entendermos que tal Plano não possui caráter remuneratório (conforme descrito no item 13.16 desta Proposta) visa alinhar os interesses de longo prazo da Companhia e seus acionistas com os interesses dos seus Administradores. Sem prejuízo, tendo em vista a estrutura das informações requeridas no âmbito deste item 13, e para fins meramente informativos, serão incluídas ao longo desse item disposições sobre o Plano de Opção de Compra de Ações, ainda que não haja um Plano atualmente vigente.

#### **f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**

A Equatorial mantém com sua controlada, CEMAR, compartilhamento de recursos observando estritamente a legislação pertinente, em especial contábil e regulatória. Assim, o percentual referente à remuneração pelo exercício de atividades de parte da diretoria estatutária na controladora é repassado à controlada.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:**

O Emissor não possui qualquer remuneração ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

**13.2. Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2013 e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

<b>REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO NO EXERCÍCIO DE 2013 (R\$ mil)</b>				
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	TOTAL
b. Número de membros	7 membros	3 membros	7 membros	17 membros
c.i. Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.260	189	1.619	3.068
Benefícios diretos e indiretos	-	-	75	75
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros (INSS parte Empresa)	252	38	1.298	1.588
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	5.048	5.048
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros (INSS BÔNUS)	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego				
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
c.v. Remuneração baseada em ações*				
d. Valor da remuneração por cada Órgão <sup>(1)</sup>	1.512	227	8.040	9.779
e. Total da remuneração dos Órgãos				9.779

\* Por falta de classificação específica (vide item 13.1.a)

(1) No valor da remuneração, estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência.

<b>REMUNERAÇÃO PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2014 (R\$ mil) *</b>				
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	TOTAL
b. Número de membros	7 membros	3 membros	7 membros	17 membros
c.i. Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.260	189	1.619	3.068
Benefícios diretos e indiretos	-	-	75	75
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros (INSS parte empresa)	252	38	1.379	1.669
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-

Participação nos resultados	-	-	5.351	5.351
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações*	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão <sup>(1)</sup>	1.512	227	8.424	10.163
e. Total da remuneração dos Órgãos				10.163

\* Por falta de classificação específica (vide item 13.1.a)

No exercício de 2013 não houve reconhecimento de remuneração atrelada ao Plano de Opções, tendo em vista que este Plano está encerrado desde 2012.

Também não há, atualmente, previsão de reconhecimento de remuneração atrelada ao Plano de Opções para o exercício de 2014.

### 13.3. Remuneração variável do exercício de 2013 e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL NO EXERCÍCIO DE 2011 (R\$ mil)			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	7 membros	3 membros	4 membros
c. Bônus			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A
d. Participação no Resultado			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	0
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	1.800
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	2.468
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	N/A	N/A	3.104

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL NO EXERCÍCIO DE 2012 (R\$ mil)			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	7 membros	3 membros	4 membros
c. Bônus			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A

iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A
<b>d. Participação no Resultado</b>			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	0
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	3.600
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	3.600
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	N/A	N/A	3.600

<b>REMUNERAÇÃO VARIÁVEL NO EXERCÍCIO DE 2013 (R\$ mil)</b>			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	7 membros	3 membros	7 membros
<b>c. Bônus</b>			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	0
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	5.540
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	2.770
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	5.048
<b>d. Participação no Resultado</b>			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	N/A	N/A	N/A

(1) No valor da remuneração, estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência.

<b>REMUNERAÇÃO PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2014 (R\$ mil)</b>			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	7 membros	3 membros	7 membros
<b>c. Bônus</b>			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	0
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	5.540
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	2.770
<b>d. Participação no Resultado</b>			
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A

(1) No valor da remuneração, estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência.

**13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

Por falta de classificação específica e conforme mencionamos no item 13.1.a, estamos fornecendo informações relativas ao Plano de Opção de Compra de Ações do Emissor neste item 13.4.

Informamos que não há Plano de Opções de Compra de Ações em vigor no último exercício social ou atualmente previsto para o exercício social corrente.

**13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.**

Órgão	Equatorial Energia S.A.		
	Ações detidas diretamente	Ações detidas indiretamente	Ações detidas total
Conselho de Administração	96.313	10.969.873	11.066.186
Diretoria	569.344	-	569.344
Conselho Fiscal	-	-	-

**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações\* reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

2011		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número de membros outorgados na data	2	4
i. data de outorga	09/02/2009 e 07/05/2009	09/02/2009 e 07/05/2009
ii. quantidade de opções outorgadas	2.233.333	504.354
iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis	3º lote: 27/2/11 4º lote: 27/2/12	3º lote: 27/2/11 4º lote: 27/2/12
iv. prazo máximo para exercício das opções	2 anos a partir do início do prazo para exercício	2 anos a partir do início do prazo para exercício
v. prazo de restrição à transferência de ações	16/10/2010	16/10/2010
vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
em aberto no início do exercício social	R\$1,00 global	R\$1,00 global
perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
exercidas durante o exercício social	R\$1,00 global	R\$1,00 global
expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
d. valor justo das opções na data de outorga	R\$2,54 a R\$2,86 / ação	R\$6,62 a R\$7,00 / ação
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,02%	0,20%

Com a subscrição ocorrida em 28 de fevereiro de 2012, não há mais saldo de opções a ser subscrito sob o 3º Plano de Opção de Compra de Ações da Emissora. Assim, não houve reconhecimento ou outorga de Plano de Opção de Compra de Ações nos exercícios de 2012 e 2013, nem atualmente prevista para o exercício de 2014.

### 13.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável

### 13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações\* do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

2011	Diretoria	Conselho de Administração
Número de membros beneficiários	4	2
	Opções Exercidas	
Número de ações	109.420	8.333
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	1,00 global	1,00 global
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R\$ mil)	1.118	85

2012	Diretoria	Conselho de Administração
Número de membros beneficiários	3	1
	Opções Exercidas	
Número de ações	109.428	8.334
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	1,00 global	1,00 global
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R\$ mil)	1.346	103

Não houve ações entregues nos 3 últimos exercícios sociais, sequer opções exercidas no exercício de 2013.

### 13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

**a) modelo de precificação**

**b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

**c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

**d) forma de determinação da volatilidade esperada**

**e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Utilizou-se o método de Black & Scholes para precificação das opções nas datas das respectivas outorgas e final de exercício. Todos os parâmetros foram com base em dados históricos (volatilidade, taxa livre de risco e preço da ação) nas datas das outorgas ou de finais de exercício social.

Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais corrigidos pelo IPCA. Considerou-se ainda uma expectativa de saída de colaboradores detentores de opções com base no histórico do Emissor.

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações desde a abertura de capital.

O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções corrigido pelo IPCA e ajustado pelos dividendos declarados no período.

A taxa livre de risco adotada com base na curva dos títulos públicos federais corrigidos a IPCA (NTN-B) com prazos correlatos àqueles das opções.

Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2011 referente ao exercício de 2010, e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos.

### 13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há.

### 13.11. Remuneração dos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Em RS mil	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	7	4	4	7	7	7	3	3	3
Valor da maior remuneração (Reais)	2.391	2.079	2.157	216	198	164	76	50	50
Valor da menor remuneração (Reais)	144	168	164	216	198	144	76	50	50
Valor médio da remuneração (Reais)	1.149	1.435	1.176	216	198	147	76	50	50

\* Inclui *Stock Options* por caráter meramente informativo (vide item 13.16)



**13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, bem como as consequências financeiras para o emissor**

Não há.

**13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão, no exercício social de 2013, reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

EXERCÍCIO DE 2013 – EQUATORIAL ENERGIA			
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	57%	67%	32%

**13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, no exercício social de 2013**

EXERCÍCIO DE 2013 (R\$ mil)				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	
	Fixa	Fixa	Fixa	Variável
CEMAR	432	86	946	2.100
CELPA	571	92	144	910
<b>TOTAL<sup>(1)</sup></b>	<b>1.003</b>	<b>178</b>	<b>1.090</b>	<b>3.010</b>

(1) No valor da remuneração, estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência do exercício.

**13.16. Fornecer outras informações que o Emissor julgue relevantes**

Em exercícios anteriores, o Emissor possuía Plano de Opção de Compra de Ações que conferia ao seu detentor o direito, porém não a obrigação de subscrever ações do Emissor a um preço fixado num determinado período de tempo. Na nossa visão, trata-se de instrumento que não possui caráter remuneratório, pois, de um lado, envolve risco, mas, de outro, permite o alinhamento dos interesses da administração aos de seus acionistas no médio e longo prazo. Entretanto, desde a subscrição do último lote de opções em fevereiro de 2012, este Plano encontra-se extinto.

Sem prejuízo, tendo em vista a estrutura das informações requeridas no âmbito deste item 13 e, para fins meramente informativos, estão sendo incluídas ao longo desse item disposições sobre o referido Plano.

**ANEXO IV**  
**CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL**  
**Itens 12.6 a 12.10 – Formulário de Referência (Instrução CVM 481/09)**

**12.6 – Em relação aos candidatos a membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:**

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data de eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções	Eleito pelo controlador?
Sérgio Passos Ribeiro	42	Administrador de empresas	026.246.867-03	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	25/04/2014	25/04/2014	AGO 2015	Não há	Não
Felipe Sousa Bittencourt	37	Administrador	078.366.387-07	Conselheiro Fiscal - Membro Efetivo	25/04/2014	25/04/2014	AGO 2015	Não há	Não
Bruno Augusto Sacchi Zarembo	40	Economista	034.032.377-96	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	25/04/2014	25/04/2014	AGO 2015	Não há	Não
José Guilherme Cruz de Souza	44	Engenheiro Elétrico	003.669.617-05	Conselheiro Fiscal - Membro Suplente	25/04/2014	25/04/2014	AGO 2015	Não há	Não

**12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

Não há.

**12.8 – Em relação aos candidatos a membros do conselho fiscal do emissor, fornecer:**

**a) currículo:**

Sérgio Passos Ribeiro – 026.246.867-03

Sérgio Passos é sócio e responsável pelo controle financeiro e operacional da Vinci Partners. Juntou-se ao Banco Pactual em 1998, onde atuou como responsável pela área fiscal e a partir de 2006 até 2009 assumiu também a função de responsável pela área contábil. Antes do Pactual, foi consultor tributário da PriceWaterhouseCoopers. Sérgio Passos é graduado em Administração de Empresas e Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula, possui MBA em Finanças pelo IBMEC RJ.

O Sr. Passos não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Felipe Sousa Bittencourt – 078.366.387-07

Sr. Bittencourt é sócio da Vinci Partners e responsável pela área de M&A do grupo. Ele se juntou ao UBS Pactual Alternative Investments (“PCP”) no início de 2008, como membro da equipe de *Private Equity*, tendo focado na originação, análise, seleção, execução e monitoramento de investimentos do fundo PCP. Anteriormente, entre 1998 e 2007, Sr. Bittencourt trabalhou no Banco JPMorgan na área de finanças corporativas. Ele se envolveu em diversas transações na América Latina de M&A, *equity*, captação de dívida, reestruturação financeira, dentre outras, tendo trabalhado no escritório do Banco em Nova Iorque por aproximadamente 5 anos. Sr. Bittencourt é graduado pela faculdade IBMEC, Rio de Janeiro, e possui pós-graduação (MBA) pela Universidade de Columbia, Nova Iorque. Atualmente, o Sr. Bittencourt é também membro suplente do conselho fiscal da CEMAR.

O Sr. Bittencourt não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Bruno Augusto Sacchi Zaremba – 034.032.377-96

Bruno Zaremba é sócio e membro da equipe de Private Equity da Vinci Partners. O Sr. Zaremba ingressou no Banco Pactual em 1996, como analista de empresas. Até 2003 atuou na equipe de pesquisa e análise, na área de bancos, varejo, consumo e tabaco. A seguir foi nomeado gestor da área de investimentos proprietários para mercados desenvolvidos, no segmento de renda variável, ocupando tal posição ao ingressar na Vinci Partners em 2009. O Sr. Zaremba é formado em economia pela PUC-RJ, e também possui certificação CFA.

O Sr. Zaremba não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

José Guilherme Cruz Souza – 003.669.617-05

O Sr. Souza é sócio e membro da equipe de Private Equity da Vinci Partners. Trabalhou desde 2005 no Banco Pactual como cogestor dos R\$ 1,2 bilhão do FIP Brasil Energia, sendo responsável pela prospecção, análise e estruturação de negócios, além de membro do conselho de administração das empresas do fundo. Antes disso, atuou como consultor de gestão para a Stern Stewart & Co. de 2001 a 2004. Atuou ainda, durante cinco anos, na área de *Equities Sales & Trading* do Citigroup Asset Management e do Banco Graphus. É formado em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, e tem MBA com concentrações em finanças e contabilidade corporativa pela Universidade de Rochester, Nova York, onde concluiu o curso com o prêmio Beta Gamma Sigma.

O Sr. Souza não esteve sujeito aos efeitos de condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

---

Em relação aos indicados não há, nos últimos 5 anos, qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores da Companhia; (b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; (d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Os srs. Sérgio Passos, Felipe Bittencourt, Bruno Zaremba e José Guilherme Cruz Souza também estão sendo indicados ao cargo de conselheiros fiscais da controlada CEMAR.

O sr. Sérgio Passos também está sendo indicado ao cargo de conselheiro fiscal da controlada Celpa.

O sr. José Guilherme Souza também é Conselheiro de Administração da controlada Celpa.